

COMPETÊNCIA TRADUTÓRIA: A CONVERSÃO DO TRADUTOR EM REVISOR

Patrícia Chittoni Ramos Reuillard*

RESUMO

Todo profissional sabe que não existe apenas uma possibilidade de tradução para as várias unidades de tradução em um texto: até a entrega ao cliente, ele elencará soluções variadas e distintas para uma mesma unidade, hierarquizando-as e optando por uma delas segundo critérios preestabelecidos. Essa afirmação também é válida para o trabalho pedagógico com aprendizes de tradução. O professor recebe diversas alternativas para um mesmo texto e deve avaliar a pertinência de cada escolha dos aprendizes, pois sabe que, embora derive de uma obra original, cada tradução apresentada tem uma identidade própria, pois resulta de níveis de interpretação e de escolhas diversas. É essa mesma identidade que deve ser resguardada quando se trata de revisão de tradução. Porém, em geral o mercado, sobretudo editorial, ainda vê o tradutor apenas como um mediador, cujo texto deve ser aperfeiçoado pelo revisor, a quem cabe a última palavra. Partindo da noção de autoria em tradução e de competência tradutória, este trabalho busca evidenciar a importância de se desenvolver no aprendiz de tradução, uma subcompetência específica para a tarefa de revisar traduções.

Palavras-chave: revisão de tradução; competência tradutória; autoria.

ABSTRACT

Every professional knows there is not one single possibility for translating each one of the several translation units in a given text: until the moment of delivering the final text to the client, it will be selected various different solutions for the same unit in order to rank them and opting for one of them according to pre-established criteria. This assertion is also valid for the pedagogical work with translation learners. The teacher usually receives several alternatives for the same text. He/she needs to analyze how pertinent is each one of the choices made by the students, because this teacher knows that, although each translation derives from a given source text, they have their own identity, since they are the result of different levels of interpretation and different choices. This identity should be preserved when it comes to the revision of translated texts. However, the market (especially the publishing one) still considers the translator as a mediator whose text should be

* Professora do Departamento de Línguas Modernas e do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço: patricia.ramos@ufrgs.br

improved by the proofreader who is responsible for the final decision. Based on the notion of authorship in translation and on the concept of translation competence, this article aims to emphasize the importance for the translation to develop a specific sub-competence to revising translated texts.

Keywords: *revision of translated text; translation competence; authorship.*

INTRODUÇÃO

Em sua atividade pedagógica de formador de tradutores, o professor recebe de seus aprendizes diversas traduções de um mesmo texto, que apresentam diferenças lexicais, sintáticas, estilísticas, entre outras. Ele sabe que, embora derive de um texto original único, produzido em outra língua e cultura, cada uma dessas traduções também é única e original e tem identidade própria, pois resulta de níveis de compreensão, de interpretação e de escolhas as mais diversas, fundadas *a priori* em uma elaboração consciente de um projeto de tradução. Uma de suas tarefas será avaliar a pertinência dessas escolhas individuais para certificar-se de que correspondem à intenção comunicativa do autor do texto de partida.

Em um contexto de ensino de revisão de traduções¹ – etapa que sucede ao aprendizado da tradução –, o formador deve levar o aprendiz a compreender que o texto traduzido também é um texto autoral e não um “esboço” a ser aperfeiçoado, e ensinar quais competências devem ser acionadas para proceder à revisão de uma tradução.

Pretendemos discutir neste artigo algumas questões referentes à revisão de textos traduzidos. Para tanto, partiremos da noção de autoria na tradução – que denominamos autoria secundária – para chegar à competência tradutória mobilizada na revisão de traduções, passando pela retomada das subcompetências envolvidas nesse processo. Por fim, avançaremos para o aspecto pedagógico na formação de tradutores.

1 TRADUÇÃO E AUTORIA SECUNDÁRIA

Compartilhando uma visão funcionalista da tradução, concordamos com a definição de Hurtado Albir (2001), segundo a qual a tradução é um processo interpretativo (i.e. cognitivo) e comunicativo (de um emissor para um destinatário), que consiste na reformulação de um texto com os recursos de outra língua (processo linguístico), que se desenrola em um contexto social (em determinadas condições sócio-históricas) e com uma finalidade (função) determinada. Nesse sentido, um mesmo texto original pode dar margem a variações em sua tradução.

O autor do original estabelece a função do texto de partida e prevê para ele um determinado receptor que, via de regra, compartilha a língua e a cultura do emissor. Assim, como lembra Aubert (1993), no processo interpretativo, o tradutor, cuja função é intermediar a produção do autor original e a recepção do leitor do texto de chegada, busca descobrir a mensagem pretendida do emissor, ou seja, o que ele “quis dizer”, estabelecendo deste modo sua intenção comunicativa. Ao explicar esse

¹ O novo currículo de Bacharelado em Tradução da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, implementado em 2012, conta com duas disciplinas de revisão: Revisão de Textos em Língua Portuguesa e Revisão de Textos Traduzidos.

processo, Reiß (2009, p. 44) afirma que o emissor 1 faz uma *oferta de comunicação* para o emissor 2. Ilustremos esse ponto com uma situação comunicativa em uma única língua: em um diálogo, uma frase proferida por um dos interlocutores (emissor) representa sua mensagem pretendida. Essa expressão linguística efetivamente gerada se transforma em mensagem virtual e vai permitir ao interlocutor (destinatário) que a ouviu um conjunto (finito) de leituras a partir do que foi pretendido e proferido. Embora haja outras leituras possíveis, a mensagem efetiva, aquela que realmente se realiza na recepção, no destinatário, é condicionada em parte pela expressão linguística, em parte pelo saber e pela intenção receptiva do interlocutor, que vai optar por uma dentre as leituras possíveis (AUBERT, 1993).

Na tradução, ocorre o mesmo processo, com a diferença de que o tradutor, receptor “secundário” do texto original, passa agora a emissor de uma nova oferta de comunicação. Diferentemente do autor do texto de partida, que conta com um conhecimento compartilhado com seus leitores, o que lhe possibilita não tornar necessariamente explícita sua intenção comunicativa, o tradutor deverá examinar até onde essa oferta de comunicação é compartilhada pelos destinatários do texto de chegada para decidir sua estratégia de tradução, ou até mesmo, conforme o encargo recebido de seu cliente, pela manutenção, ou não, da função do texto de partida no texto de chegada.

Do ponto de vista dos recursos linguísticos, lembramos, com base em Hurtado Albir (2001) que a razão de ser da tradução é a diferença e, portanto, não se pode esperar identidade entre o texto de partida e o de chegada. Isso pode ser ilustrado, por exemplo, pelas construções gramaticais existentes em uma língua que não encontram equivalentes em outra. No caso do par francês e português, embora sejam línguas latinas, isso é muito frequente: o tempo verbal em português que atualiza o valor do tempo composto *passé composé* é o pretérito perfeito simples – *j’ai écrit un article/escrivi um artigo* – e não o tempo composto *tenho escrito*, cujo valor temporal indica duração. Essa “inequivalência” não é, entretanto, um problema de tradução para o profissional que tem competência linguística em suas línguas de trabalho, mas poderá ser uma dificuldade se o tradutor não tiver conhecimento suficiente.

Em contrapartida, se as diferenças forem extralinguísticas, o tradutor não poderá desconsiderar, em sua oferta de comunicação, a interface de conhecimento compartilhado entre o emissor original e os leitores da tradução. Ilustremos essa questão com o trecho de uma entrevista concedida por Zygmunt Bauman a um caderno especial da revista francesa *Le Nouvel Observateur*: “Je crois que l’expérience du ‘siècle des camps’ nous a fait prendre conscience de la facilité avec laquelle les réflexes moraux de l’être humain [...] peuvent être ‘neutralisés’ et rendus inefficaces. Pourquoi avons-nous peur?”²

Nessa entrevista, o autor faz uma alusão, por meio de aspas, ao epíteto atribuído por Joël Kotek ao século XX: século dos campos [de concentração], em referência aos campos nazistas e ao Gulag na URSS. É o que Eco (2007) chama de “piscadela intertextual”. De fato, a obra homônima desse cientista político belga teve grande repercussão na Europa e foi traduzida para várias línguas, mas não para o português brasileiro. Infere-se que o autor parte do princípio de que os leitores franceses da revista compartilham esse conhecimento e que não há, portanto, necessidade de explicitá-lo. Caberá então ao tradutor verificar se essa alusão é ou não compartilhada pelos leitores brasileiros e selecionar opções que, na sequência, serão por ele hierarquizadas: a) trata-se de uma informação de caráter enciclopédico e, portanto, compartilhada por todos, podendo se referir à obra, ou aos campos nazistas, ou aos campos stalinistas; b) a informação não é compar-

² Zygmunt Bauman. *Le Nouvel Observateur*, Les essentiels, n.3, déc. 2013-jan. 2014, p. 25.

tilhada, pois se refere a uma obra não publicada no Brasil; c) embora não compartilhada, como o contexto gira em torno das violências do século XX, o leitor poderá inferir do que se trata. A partir dessa hierarquização, ele selecionará a solução que lhe parecer mais adequada ao leitor que tem em mente (ou àquele estabelecido pelo encargo de tradução): seja incluir nota explicativa ou acréscimo no texto, seja deixar ao leitor a liberdade de perceber ou não a alusão.

Pretende-se demonstrar com esse exemplo que, embora sustentadas na mesma materialidade linguística, as soluções distintas apresentadas partem de interpretações do texto original; cada tradutor é, portanto, “fiel” à *sua* interpretação do texto. Para Aubert (1993, p. 75), a fidelidade deve ser considerada em relação “à mensagem efetiva que o tradutor apreendeu enquanto um entre vários receptores do texto original, experiência individual e única, não reproduzível por inteiro nem mesmo pelo próprio receptor-tradutor, em outro momento ou sob outras condições de recepção”.

Essa atividade de seleção e de hierarquização das possíveis soluções (Reiß, 2009) é inerente à atividade de tradução, e tanto o tradutor quanto o formador de tradutores sabem que existe mais de uma alternativa viável e aceitável para um mesmo texto. Ainda que a tradução derive de uma obra anterior no tempo e no espaço, o texto traduzido não deixa de ser uma obra original, com uma identidade que lhe é própria, pois produto final dos mais diversos níveis de apreensão, de interpretação e de escolha, baseados na elaboração de um projeto consciente de tradução.

Quando falamos de projeto consciente de tradução, estamos nos referindo às estratégias operacionalizadas pelo tradutor após uma análise detalhada de todos os aspectos do texto de partida: linguísticos (gramaticais, textuais, pragmáticos etc.), extralinguísticos (conhecimento compartilhado, conhecimento enciclopédico etc.), condições de produção etc. Por exemplo, diante de situações de inequivalência,³ ou de culturemas,⁴ cabe ao tradutor selecionar as possibilidades, hierarquizá-las e decidir por uma solução que atenda à função estabelecida para o texto de chegada e responda às expectativas do leitor.

Analisemos o emprego de um culturema brasileiro para ilustrar as soluções diferenciadas a que se pode chegar. Vejamos um exemplo extraído da literatura:

Entanto, nas barras dos braços, pulsava uma *ânsia inteira de vida por algo novo que nunca poderia viver. Oitenta por cento ferro nos músculos. Noventa por cento ferro nos ossos*. Fora sempre um homem de feições ferrabrasas (*grifo nosso*).⁵

Empregado para caracterizar Ferraz – personagem de um conto, que tem características “fêrreas” –, o segmento é construído a partir de dois culturemas literários compartilhados pelos brasileiros, pois se referem a poetas estudados na escola: Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira.⁶ A retomada e subsequente transformação dos versos originais pelo autor do conto constitui o que Sablayrolles (2000, p. 118) denomina *matriz pragmática*: desvio de uma unidade

³ Noção funcional-relacional sem realidade material concreta, que surge da impossibilidade de submeter todos e cada um dos traços do texto de partida aos parâmetros de aceitabilidade do polo meta (RABADÁN, 1991, tradução nossa).

⁴ Um culturema é um “símbolo que os falantes conhecem através do aprendizado de sua própria cultura”; trata-se de um fenômeno social de uma cultura A considerado relevante pelos membros dessa cultura e que, quando se compara com um fenômeno social correspondente na cultura B, se revela específico à cultura A. (VERMEER, 1983 apud NADAL, 2009, p. 97).

⁵ MARTINS, Altair. *Como se moesse ferro*. Porto Alegre: WS Editor, 1999.

⁶ Alguns anos vivi em Itabira./Principalmente nasci em Itabira./Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro./Noventa por cento de ferro nas calçadas./Oitenta por cento de ferro nas almas./E esse alheamento do que na vida é porosidade e comunicação. [...] Carlos Drummond de Andrade. *Confidências do Itabirano*. A vida inteira que poderia ter sido e que não foi [...]. Manuel Bandeira, *Pneumotórax*.

lexical, locução “longa e complexa”, locução ou sequência memorizada por inúmeros sujeitos falantes, que combina o que é fixo e o que é memorizado, inovando na modificação. Ao receber o encargo de tradução, que instruirá sobre a função e o leitor-alvo da tradução, o tradutor decidirá com base em seus conhecimentos sobre esse leitor se tal culturema é ou não compartilhado pelas duas culturas em questão. Será essa avaliação que abrirá o leque das soluções possíveis, como: a) oferecer o mesmo culturema na forma consagrada na língua de chegada, sustentado por “provas textuais” e pelo entendimento de que a referência é compartilhada pelos leitores de ambas as culturas; b) produzir uma tradução literal do segmento (AUBERT, 1993), indicando a referência em nota de rodapé; c) diluir no próprio texto a informação, caso entenda que se trata de um culturema compartilhado apenas entre os brasileiros; d) ignorar a alusão.

Esse processo de seleção confirma que o tradutor também se torna um *autor* do texto, se considerarmos que nele deixa suas marcas pessoais, reveladoras de suas escolhas. Contudo, embora grande parte dos teóricos e dos profissionais da tradução esteja de acordo sobre esse ponto, na prática (sobretudo no mercado editorial e empresarial), o tradutor é visto apenas como um mero mediador, um “recurso”, cujo produto deve ser “aperfeiçoado” pelo revisor, este sim competente e habilitado a agir sobre o texto, nele imprimindo suas próprias escolhas e apagando as anteriores.

Quando se aborda a questão do “apagamento” do tradutor, não se pode deixar de mencionar Lawrence Venuti e as questões que levanta acerca da “invisibilidade”. Partindo dos conceitos de tradução *estrangereizadora* e de tradução *domesticadora*, propostos por Schleiermacher, o autor defende a segunda estratégia – “que desloca o leitor em direção ao autor” (apud FREITAS, 2008). Enquanto concordamos com a validade e a importância dos argumentos de Venuti, entendendo que seu modelo de tradução discute a relação entre autor/texto de partida e tradutor/texto de chegada, o que propomos é um deslocamento da discussão para a relação aprendiz de tradutor/formador de tradutor/leitor final, no âmbito da revisão de tradução.

2 REVISÃO DE TRADUÇÃO E COMPETÊNCIA TRADUTÓRIA

2.1 O que significa revisar?

Partindo da definição dicionarística do verbo revisar – ler (texto) a fim de consertar-lhe possíveis erros, sejam eles relativos à estrutura do texto (redação, digitação, tipografia etc.) ou ainda relativos ao conteúdo; emendar, corrigir, rever⁷ –, entendemos que a noção intrínseca à revisão é a de *erro*. Basta uma rápida incursão a *sites* editoriais, de tradução ou de editoração, para confirmar essa visão:

Não importa o tipo ou finalidade dos textos [...] todas as incoerências e outros possíveis erros serão eliminados e você terá a certeza de que o texto será bem compreendido no idioma para o qual foi traduzido, [...] leitura atenta para detectar erros de digitação, pontuação, acentuação, ortografia e outros problemas gramaticais; [...] Frases mal elaboradas, vocabulário impreciso, ambiguidades e outros problemas estilísticos e semânticos que podem tornar o conteúdo do texto incompreensível.⁸

⁷ Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa 3.0.

⁸ Disponível em: <<http://www.empresatraducaojuramentada.com.br/revisao-traducoes.htm>>. Acesso em: 15 ago 2013.

O revisor não apenas corrige, mas interpreta o texto e, de acordo com o seu conhecimento e a sua experiência, poderá sugerir acertos ou modificações no texto de modo a melhorar a comunicação entre o autor e o seu leitor, ou entre a empresa e o consumidor.⁹

Dessa forma, a revisão também se caracteriza como sendo uma tarefa de retrabalhar um texto, ajustar intenções e convenções, com a finalidade de tornar o texto mais claro e coeso, para que possa melhor atingir o objetivo pretendido.¹⁰

A revisão de tradução costuma ser “uma melhorada na tradução” (por exemplo, cotejar linha por linha o texto em português com o original, traduzir novamente os trechos sem sentido ou distantes da estrutura do português, traduzir o que o tradutor não traduziu etc.).¹¹

Mesmo que qualquer produtor de texto, seja ele o primeiro autor ou o tradutor, reconheça que uma segunda leitura é útil e necessária para aperfeiçoar o texto produzido/traduzido, não se pode ignorar a autoria do texto produzido, original ou tradução, como nestas afirmações:

Inúmeras são as regras e cuidados que devemos ter com a revisão de textos que **não são nossos** [...] precisa trabalhar o texto original de forma a melhorá-lo ou adequá-lo ao veículo ao qual se destina sem alterar o **ponto de vista do autor** (grifos nossos).¹²

Vejamos, primeiramente, um exemplo de revisão de tradução editorial, que procura valorizar a autoria do tradutor.

Exemplo 1:¹³

Texto de partida

Sur le plan linguistique, le registre soutenu s'impose lorsque l'on s'adresse publiquement à des citoyens à propos des gestes officiels posés par leurs représentants politiques [...] [le caractère systématique] doit être adapté aux propriétés du système social...

Tradução

Sobre o plano linguístico, o registro sustentado se impõe quando nos dirigimos publicamente aos cidadãos com gestos oficiais postos por seus representantes políticos. O caráter sistemático das regras jornalísticas [...] deve ser adotado aos proprietários do sistema social...

Revisão da tradução

Sobre o¹ No plano linguístico, o registro sustentado² formal se impõe quando nos³ dirigimos publicamente aos⁴ a cidadãos acerca dose⁵ gestos oficiais executados postos⁶ por seus representantes políticos. O caráter sistemático⁷ sistêmico das regras jornalísticas [...] deve ser adota- do⁸ adaptado às propriedades aos proprietários⁹ do sistema social...

⁹ Disponível em: <<http://www.comtextoeditoracao.com.br/4430.htm>>. Acesso em: 15 ago 2013.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.keimelion.com.br/2013/01/o-elo-da-responsividade-na-revisao-de.html>>. Acesso em: 15 ago 2013.

¹¹ Disponível em: <<http://www.publishnews.com.br/telas/colunas/detalhes.aspx?id=59923>>. Acesso em: 15 ago 2013.

¹² Disponível em: <<http://www.comtextoeditoracao.com.br/4430.html>>. Acesso em: 15 ago 2013.

¹³ Exemplos autênticos. As fontes dos originais e das traduções não são indicadas por motivos de confidencialidade.

³Comentário: O pronome *on* se refere aqui aos produtores do texto jornalístico; portanto, não se trata, em nossa opinião, de um sujeito ‘nós’. Sugerimos substituir por ‘o(s) jornalista(s)’.

Sugestão de tradução final

No plano linguístico, o registro formal se impõe quando nos dirigimos publicamente a cidadãos acerca dos gestos oficiais de seus representantes políticos. O caráter sistêmico [...] deve ser adaptado às propriedades do sistema social...

O que se pode observar imediatamente nessa revisão é a eliminação do erro na tradução (correções de 1 a 2; de 4 a 9), aqui entendido como falha originada no déficit de competência ou de desempenho do tradutor (AUBERT, 1993). A solução que poderia ser aceita, mas que é sujeita a interpretação (comentário 3), recebe do revisor um comentário que explicita seu entendimento e sua sugestão. Havendo interlocução entre os dois parceiros desta comunicação, a partir daqui se iniciará um diálogo que levará, num mundo ideal, ao melhor resultado.

Quando o autor não concorda com as correções e/ou sugestões do revisor, um terceiro deveria intervir na discussão; caso contrário, a “autoridade autoral” *deveria* prevalecer. Nem sempre é o que acontece. O exemplo abaixo ilustra uma revisão que, ao ignorar a autoria do tradutor, não somente não corrige como também produz novos erros.

Exemplo 2:

Texto de partida

*C’est dire qu’on **ne** trouvera ici **qu’**une critique des arguments que les savants et les philosophes **sont toujours tentés d’invoquer** contre elle, et surtout une mise au point sur la signification qu’il faut donner au mot «initié».*

Tradução

*Isso significa que faremos aqui **somente** uma crítica aos argumentos que os cientistas e os filósofos **ficam sempre tentados a invocar** contra ela, além de um esclarecimento sobre a significação da palavra “iniciado”.*

Revisão de tradução

*Isso significa, que faremos aqui, **não somente** uma crítica aos argumentos invocados por parte dos cientistas e filósofos, **que se posicionam contrários à mathesis**, mas um esclarecimento sobre a significação da palavra “iniciado”.*

Revisão contra-argumentada pelo tradutor

*Isso significa, que faremos aqui, **não**¹ somente uma crítica aos argumentos invocados por parte dos cientistas e filósofos [**que se posicionam contrários à mathesis**]², mas um esclarecimento sobre a significação da palavra “iniciado”.*

Comentário¹: Mudança total de sentido! Original: ‘aqui NÃO se fará SENÃO uma crítica...

Comentário²: Essa informação é um acréscimo que não se justifica; não está no original nem implicitamente.

Esse exemplo de revisão equivocada ilustra, a nosso ver, a necessidade da interlocução entre as partes envolvidas neste processo de tradução e revisão; ele nos lembra, além disso, que ambos

os profissionais podem interpretar erroneamente um texto, fazer escolhas inadequadas e não permitidas, cair em armadilhas linguísticas e extralinguísticas. Apenas o diálogo entre tradutor e revisor pode proporcionar um resultado *leal*, ou seja, que remeta ao vínculo entre pessoas e respeite as intenções e expectativas do autor, do cliente e dos leitores da cultura meta, conforme preconiza Nord (2009).

2.2 Competência tradutória: conversão do tradutor em revisor

Partindo do princípio de que a competência tradutória é distinta da competência bilíngue e que se compõe de diversos componentes, o modelo holístico do grupo PACTE entende a competência tradutória como o sistema subjacente de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para traduzir (HURTADO ALBIR, 2001, p. 394). Trata-se de um conhecimento especializado, composto por conhecimentos declarativos e operacionais, que compreende cinco subcompetências, além dos componentes psicofisiológicos: bilíngue, extralinguística, instrumental, estratégica e conhecimentos sobre tradução.

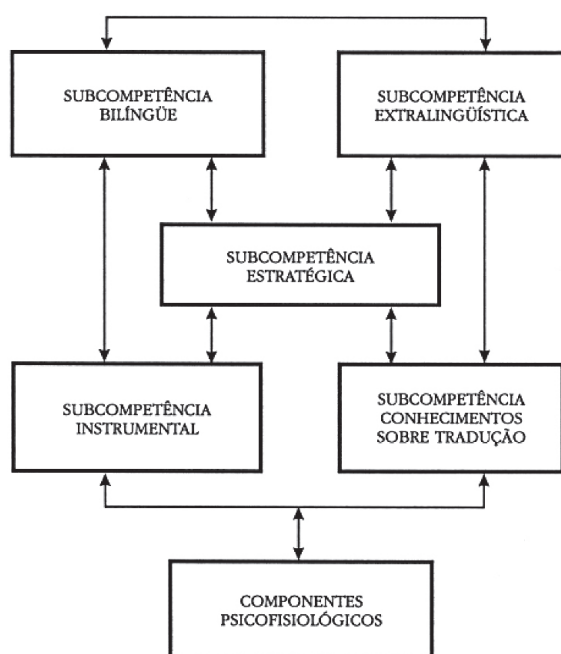


Figura 1. Competência tradutória, segundo o modelo holístico PACTE (HURTADO ALBIR, 2001, p. 28)

A subcompetência bilíngue diz respeito ao conhecimento necessário para a comunicação em duas línguas (adquirido ao longo da formação) e engloba os conhecimentos pragmáticos, sociolinguísticos, textuais e gramaticais. Ela é o esteio da atividade do tradutor: de nada serve o conhecimento teórico de um indivíduo sobre a tradução, suas capacidades de gerenciamento profissional e de controle pessoal, seu conhecimento de mundo e das especificidades de determinada civilização e cultura, se ele não dominar, tanto quanto possível, suas línguas de trabalho. Cabe ressaltar, no entanto, que a divisão dos conhecimentos atinentes à subcompetência bilíngue – pragmáticos, discursivos, sociolinguísticos, entre outros – é de ordem meramente didática, posto que eles se imbricam. De fato, a identificação de determinado uso de uma palavra ou expressão requer do leitor, além do conhecimento pragmático, ou seja, a compreensão de seu uso em determinado contexto de comunicação, um entendimento

sociolinguístico desse emprego. Do mesmo modo, não se pode desvincular os conhecimentos gramaticais necessários à leitura de um texto – quer se refiram à ortografia, sintaxe, pontuação, entre outros – daqueles que tangem à situação sócio-histórica de sua produção.

A subcompetência extralingüística tange ao conhecimento da cultura de partida e de chegada, ao conhecimento enciclopédico – que embasarão, por exemplo, suas decisões sobre o que é ou não compartilhado entre as duas culturas – e temático. A subcompetência instrumental abrange o conhecimento de fontes de documentação e de recursos tecnológicos, tais como motores de busca, bases de dados, programas de memórias de tradução. Da subcompetência estratégica fazem parte

os conhecimentos necessários à realização da tradução e à resolução dos problemas encontrados durante esse processo, ou seja, os conhecimentos necessários à operacionalização da atividade de tradução. Já os conhecimentos teórico-práticos sobre a tradução implicam tanto o conhecimento das principais noções relativas ao processo tradutório, tais como unidade de tradução, equivalência, métodos e estratégias, quanto o conhecimento sobre a atividade profissional propriamente dita. O desenvolvimento de todos esses componentes passa, além disso, pelos componentes psicofisiológicos do tradutor: são os aspectos cognitivos, tais como memória, atenção, disciplina e capacidade de análise e síntese.

Quando passa de tradutor a revisor, o profissional deve, para assegurar qualidade à sua tarefa de revisão, investir em todas essas subcompetências e desenvolver outra subcompetência: a de abstrair sua própria tradução “mental” do texto que está revisando, de modo a impedir a interferência e aceitar a diferença. Quando lemos o original com vistas à revisão de sua tradução, produzimos de imediato e mentalmente nossa tradução. Como o texto original e essa tradução mental vão nortear a leitura do texto a ser revisado, a tendência natural será, portanto, rejeitar a tradução lida, via de regra distinta daquela virtual. Para poder considerar a autoria do produtor da tradução, o revisor deverá descartar, necessariamente, suas próprias soluções para o texto e tentar captar as interpretações e o caminho seguido pelo tradutor, de modo a poder avaliar com isenção as escolhas tradutórias anteriores às suas. Essa outra competência – que demanda um deslocamento do lugar de tradutor para o de leitor/revisor – exige do profissional, além de todas as competências já citadas, uma grande capacidade de abstração, de empatia e de consideração. Abstração para “esquecer” suas próprias escolhas; empatia para nunca perder de vista que um sujeito anterior se debruçou sobre o texto, nele imprimindo suas marcas; consideração pelo trabalho de outro profissional, do qual não se pode fazer *tabula rasa*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como o aprendizado da tradução demanda a aquisição e o desenvolvimento de uma competência tradutória, que se sustenta em várias subcompetências, aprender a revisar traduções também requer a aquisição de uma subcompetência específica. Com ela, o revisor deve aprender a ler a tradução, abstraindo a sua própria versão, e se colocar no lugar do profissional que a produziu, sob pena de substituir o texto que está revisando pelo seu. Por essa razão, é fundamental que, nas atividades pedagógicas de formação de tradutores e de revisores, o professor sensibilize os aprendizes para a noção de *autoria* na tradução. A aquisição e a internalização desse conceito capacitarão o aprendiz tanto a assumir sua própria tradução e defender com argumentos fundamentados suas escolhas quanto a aprender a ler o texto traduzido sem esquecer a “presença” de seu autor, de modo a corrigir apenas o que de fato estiver inadequado ou incorreto.

Deste modo, também o revisor de traduções produzirá um texto final *leal* ao vínculo entre os diversos parceiros deste ato comunicativo: o autor e seu tradutor, o cliente e os leitores-alvo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUBERT, Francis H. *As (in)fidelidades da tradução*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- ECO, Umberto. *Quase a mesma coisa*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- FREITAS, Luana Ferreira de. Tradução e Autoria: de Schleiermacher a Venutti. *Cadernos de tradução*. v. 1, n. 21. Florianópolis: UFSC, 2008.

- HURTADO ALBIR, Amparo. *Traducción y traductología*. Madrid: Cátedra, 2001.
- NADAL, Lucía Luque. *Los culturemas: ¿unidades lingüísticas, ideológicas o culturales?* *LanguageDesign*, 11, 2009, p. 93-120.
- NORD, Christiane. El funcionalismo en la enseñanza de traducción. *Mutatis Mutandis*, v. 2, n. 2, 2009.
- RABADÁN, Rosa. *Equivalencia y traducción*. Léon: Universidad, Secretariado de Publicaciones, 1991.
- REIß, Katharina. *Problématiques de la traduction*. Paris: Economica/Anthropos, 2009.
- SABLAYROLLES, Jean-François. *La néologie en français contemporain: examen du concept et analyse des productions néologiques récentes*. Paris: Honoré Champion, 2000.